

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

1 PONTES DIALÓGICAS ENTRE A ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO E A ÉTICA DO CUIDADO

Camila Mattos da Costa, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict),
[Camila Costa \(0000-0002-5738-3087\)](mailto:camila.mattos@ibict.br) - ORCID, Brasil, camilamcta@gmail.com

Ana Lúcia Alexandre Borges, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
(Ibict), [Ana Lúcia Borges \(0000-0003-3165-7841\)](mailto:ana.lucia.borges@ibict.br) - ORCID, Brasil, alborges@gmail.com

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade | Perspectivas Epistemológicas

2 Introdução

Os fenômenos informacionais contemporâneos, como a ampla circulação de desinformação, a avalanche de notícias falsas e o uso de inteligência artificial e de algoritmos com viés discriminatório no ambiente digital, nos põem diariamente diante de diversos dilemas éticos. Questionamentos sobre o que é “verdade” ou o que é certo e o que é errado tornam-se parte constante de nosso cotidiano. Nesse contexto, aspectos como *responsabilidade* e *cuidado* (consigo e com o Outro) nas práticas informacionais revelam-se fundamentais.

Os problemas da ética e da moral que derivam do uso, da disseminação e da mediação da informação são frequentemente abordados pelo campo da Ciência da Informação (CI). Alguns exemplos podem ser vistos nos estudos sobre competência crítica em informação. Nesses trabalhos, a dimensão ética ganha destaque ao ser um componente que favorece o exercício da cidadania em sua plenitude e para combater os processos informacionais que culminam na desinformação (Borges; Brisola; Bezerra, 2019; Zattar, 2020). Ainda na CI, as questões provocadas pelas redes sociotécnicas no século XXI levantam debates éticos relacionados a temas como vieses algorítmicos (Costa, 2024; Bezerra; Costa,

2022) e acesso à informação (Costa; Lima; Bezerra, 2024). São ainda desafios à liberdade na era digital (Capurro, 2017) aspectos sobre o fazer científico na contemporaneidade, que envolvem acesso aberto, democratização da ciência e integridade da pesquisa científica (Schneider; Saldanha; Bezerra, 2017; Jesus; 2017) e dilemas de ordem ética em arquivos (Pimenta, 2017; Meirelles), bibliotecas (Budd, 2006) e museus (Silva, 2017; Loureiro, 2017). As questões da informação na atualidade exigem abordagens críticas. Nesse sentido, neste trabalho objetivamos relacionar os estudos da ética da informação e da ética do cuidado, de modo a possibilitar a criação de conexões teóricas e ampliar as bases de análise no campo da ética intercultural da informação (EII).

Neste século, as tecnologias digitais da informação e comunicação têm influenciado profundamente as normas morais e legais, isto é, as formas de vida e sua regulação por meio daquilo que é socialmente compartilhado ou regulamentado por normativas e legislação. A ética, em geral, e a ética em informação, em particular, enfrentam problemas de ordem teórica e prática despertados pela diversidade de valores morais e éticos oriundos de diversas culturas e pela relação com estas tecnologias (Capurro, 2017). O contexto de transformação social profunda do mundo, desafiado pelas

mudanças históricas – o que inclui a Guerra Fria e uma Alemanha dividida (Saldanha, 2014) – e pelo desenvolvimento tecnológico do século XXI, favorece a emergência de propostas como a da ética intercultural da informação.

Concebida por Rafael Capurro e fruto de suas reflexões no campo da ética em informação (Saldanha, 2014), a EII reflete sobre as possibilidades da liberdade humana e da realização desta. Ela se concentra no impacto das tecnologias de informação e comunicação em culturas diferentes, mas, ao mesmo tempo, também considera o modo pelo qual questões específicas são entendidas a partir de tradições culturais diversas. Relaciona-se, ainda, com os debates éticos de forma descritiva e normativa, envolvendo estudos realizados em nível concreto ou ôntico, ou, pressupostos ontológicos ou estruturais (Capurro, 2008).

Uma vez que as mudanças nos modos de produzir e circular informação colaboram com a desestabilização em situações cujo os critérios preexistentes de confiabilidade e informatividade já estavam estremecidos, a ética da informação deve deixar de ser assunto restrito ao meio acadêmico, conforme indica González de Gómez (2017). A autora justifica sua afirmativa por causa da multiplicidade e da diversidade das questões apresentadas. Ao ser compreendida com tal abrangência e escopo, a ética da informação investiga

[...] se as mudanças e a deflação normativa dos ciclos da informação desestabilizam ou ameaçam a legitimidade e as práticas de justificação de algumas das principais expressões dos discursos públicos contemporâneos, como a comunicação científica, a comunicação política e as principais formas de comunicação social, podendo afetar a credibilidade, a confiabilidade e a tomada de decisão em toda e qualquer manifestação da atividade social, inclusive as cotidianas (González de Gómez, 2017, p. 24).

Em concordância com González de Gómez, enxergamos na EII a potencialidade de ultrapassar os muros da academia e debater problemas informacionais em diálogo com

diferentes culturas e tempos históricos, fazendo florescer uma ética informacional viva e efetivamente intercultural. Nesse contexto, partimos da hipótese que o debate dos temas tratados pela EII – a privacidade, a identidade, a justiça, a guerra cibernética, a sociedade da vigilância (Capurro, 2013) e vieses algorítmicos – pode ser aprofundado e enriquecido a partir de uma aproximação dialógica com a ética do cuidado (ou ética feminista do cuidado). Para pôr esta hipótese à prova, começamos nosso percurso teórico-metodológico por apresentar debates no âmbito da ética da informação, ética intercultural da informação e ética do cuidado, situando-as social e historicamente. Na sequência, buscamos pontos de interlocução teórica entre a EII e a abordagem da ética do cuidado, apresentando convergências entre as duas correntes. Com isso, esperamos abrir espaço para a construção de soluções responsáveis e sustentáveis para os dilemas da atualidade que envolvem os fenômenos da informação e infocomunicação.

3 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho têm natureza qualitativa. Trata-se de estudo de natureza bibliográfica. O método da pesquisa é a revisão de literatura. Tais procedimentos objetivam aproximar os debates da ética da informação, principalmente aqueles relacionados com a ética intercultural da informação proposta por Rafael Capurro e da ética do cuidado de forma a ampliar as perspectivas e abordagens dentro do campo infocomunicacional. Ressaltamos, porém, que se trata de um estudo de natureza exploratória, que marca o início da investigação sobre o tema.

4 Ética da Informação

O universo da ética da informação ocupa-se das questões morais especificamente relacionadas à informação. Temas estudados pelo campo incluem privacidade, identidade, justiça, desinformação, guerra cibernética, e sociedade de vigilância, entre outros. Estudos atuais da área também abordam impactos

econômicos e políticos da informação tecnológica (Capurro, 2013).

Enquanto disciplina da filosofia, a ética surge como parte da filosofia prática de origem aristotélica que percebe a ética como reflexão a respeito daquilo que se relaciona com as regras do bem-viver na família e na política da Grécia. A ética permanece sendo utilizada de forma ambígua no cotidiano para se referir aos costumes e às reflexões cotidianas ou sistemática sobre os mesmos costumes. Academicamente, a ética é compreendida como uma reflexão crítica a respeito das regras e costumes. A ética enquanto reflexão sistemática, metódica e histórica é bastante explorada dentro das universidades, institutos de pesquisa e espaços educacionais. A ética pode ainda ser abordada a partir de domínios específicos como é o caso da informação em que a ética da informação é compreendida como a “reflexão crítica sobre as normas e valores vigentes nas sociedades da informação e conhecimento” (Capurro, 2017, pp. 49).

Diante dos desafios contemporâneos, Gustavo Freire (2010) destaca a necessidade de

[...] formar sujeitos não apenas para assimilar ou consumir informação, mas também para *produzi-la e saber bem usá-la*. Por isso, uma ética da informação deve significar uma *ética para a informação*. Ou seja, trata-se de formar (moralmente) o *agente ou o sujeito da informação* (Freire, 2010, p. 9).

Nesse sentido, a ética da informação é considerada, ao mesmo tempo, uma teoria descritiva, por explorar as estruturas de poder que influenciam as atitudes e as tradições informacionais em diferentes culturas e épocas, e emancipatória, uma vez que desenvolve críticas às atitudes e tradições morais no campo da informação a nível individual e coletivos.

Ao ser questionada sobre a importância do estudo da ética, da política e da epistemologia da informação na atualidade, Maria Nélida González de Gómez (2022) responde que o regime de informação¹ ocupa de certa forma o lugar do regime de verdade foucaultiano na contemporaneidade. Isso se dá não apenas

pelos aspectos presentes na comunicação midiática e nas redes sociotécnicas, mas também pelo próprio modo de compreender os vínculos entre os indivíduos. A autora considera que ética, política e epistemologia da informação são importantes por motivos diversos. Primeiramente, porque as questões informacionais e infocomunicacionais são colocadas *a priori* e constitutivas do ser social: são matéria que preocupa, fazem compreender o que é valorado e validado; aquilo que é conhecido e o que é decidido. Além disso, essa tríade conceitual está ligada a uma idealização de certa forma de vida, quer de vida bem-sucedida, quer de vida justa, o que envolve a noção de justiça social. Relaciona-se ainda com as formas de convivência possíveis inseridas nas condições contemporâneas. González de Gómez (2022, p. 23) persiste, ainda, ao afirmar que estas são questões “fundamentais para o entendimento histórico, contemporâneo, e que perpassam, e passam pelas questões infocomunicacionais” e questiona quais são as vulnerabilidades deste tempo que abrem fraturas nos contextos das normas informacionais, dando lugar às questões da ética da informação (González de Gómez, 2017).

Quanto às relações entre ética, política e epistemologia e o conceito de informação, Capurro (2022) enfatiza a centralidade da informação na sociedade contemporânea.

Ética e o conceito de informação... Alguém disse que a ética tem algo a ver com a forma de ser no mundo, isto é: o ethos. Isso está sempre relacionado com possibilidades de ser e com a comunicação, ou seja, com comunicações informacionais, processos de informação. O que eu experimento de mim mesmo e dos outros se dá através do processo de informação, de modo que as transformações morais, das quais a ética é a reflexão, estão sempre relacionadas a possibilidades de ser e a processos informacionais concretos, ou seja: me inteiro de algo, ou não? Recebo informações, ou não (Capurro, 2022, p. 55)?

Indo além, Capurro (2022) compara as estratégias de domínio e concentração da informação na sociedade contemporânea a regimes fascistas e destaca a necessidade de uma reflexão constante sobre os interesses em jogo e as disputas de poder no ambiente informacional, propondo uma espécie de exercício de ética prática.

A informação é tão necessária como a água, o direito de informação é como o direito a comida, assim, as sociedades nas quais se restringe o acesso à informação tendem a ser sociedades do tipo fascista, em que alguém tem o domínio sobre a informação e os processos informacionais. Esse domínio se caracteriza como distintas formas de sistemas fascistas digitais, que não existiam desta forma em outros séculos, de modo que se trata de pensar uma ética política: quais são os sistemas de estrutura de opressão possíveis e reais, nos quais as pessoas não têm a possibilidade de decidir por si próprias? O que querem ocultar ou mostrar aos outros? O que podem receber ou não dos outros? Quais são as regras do jogo? Quem explicita estas regras? Isto se dá, por um lado, na relação entre ética e informação; por outro, na relação entre política e informação, é evidentemente semelhante ao que acabo de dizer. A terceira relação, com o conhecimento, reflete uma tendência muito forte de passagem de toda a linguagem humana para o meio digital. Contudo, existe o real, como diria Lacan, uma dimensão que se opõe, que resiste a esses processos, e que cria certo mal-estar nas sociedades. Sobre isso, cito Freud ou Lacan em nível individual, ocorre também em nível de sociedade: quais são os fundos de resistência não explicitáveis totalmente, quando se passa do real para o símbolo ou a imagem, para dizer em termos lacanianos? Existe sempre na vida individual, na vida social, uma dimensão do horrível, que é a morte, e o Outro, alguém que eu não posso compreender; o incompreensível, o

que está além do conceito, o sofrimento, a injustiça. O tema da justiça, por exemplo, é um tema ético tão central. Também pensar a injustiça na era digital: quem está pensando isso? (Capurro, 2022, pp. 55-56).

No caso dos debates sobre justiça, nos posicionamos de acordo com Wendy Duff, Andrew Flinn, Karen E. Suurtamm e David A. Wallace (2013), que definem justiça social como a visão de que todo ser humano é igual e merece ser percebido como valioso, possuindo o direito à liberdade, igualdade e o de ser respeitado, o que também é aplicável à comunidades e grupos sociais.

A ética é entendida como um ramo filosófico que busca a reflexão sobre aquilo que fundamenta a moral (Japiassú & Marcondes, 2001). Para Maria Nélide González de Gómez (2017), trata-se de um modo de fazer perguntas, sendo a ética e a moral dois termos cujo os significados remetem aos usos e costumes. Seria, portanto, uma indagação da filosofia, reflexiva e crítica, sobre a moral, o que envolve as indagações sobre o sentido e a finalidade da existência humana, mas também sobre as normas e os valores motivadores e orientadores da ação humana com destino ao bem comum e à justiça.

Marco Schneider (2016) defende a impossibilidade de pensamento de uma ética universal que desconsidere as riquezas e as complexidades da diversidade ética que existe em todo o mundo, o que envolve o reconhecimento do que é singular, contraditório, semelhante. Por isso, faz-se necessário buscar a convergência entre as diversas perspectivas éticas para evitar que o universal não abafe o universal ou vice-versa (Silva Júnior & Schneider, 2020). A ética partiria, então, da premissa fazer o bem, o que seria uma experiência comum aos seres humanos porque está relacionada com a consciência de comunidade e de relação com outrem, não se tratando “de um universal totalitário, mas dialético”, não se opondo ou impondo-se ao particular de cada cultura “na medida em que o particular é a mediação específica entre” aquilo que é singular e aquilo

que é universal (Silva Junior & Schneider, 2020, p. 27).

A ética do século XXI necessita do diálogo, ou seja, a procura da compreensão, da promoção e do não apagamento da diversidade das culturas. Esta busca é o que pode permitir a compreensão das culturas digitais como oportunidades de expandir a liberdade e a criatividade, não reduzindo-as. Tal modelo ético não pode ser concebido distante do tempo, do lugar e da cultura (Saldanha, 2014). Para tratarmos dos problemas éticos contemporâneos, faz-se necessário que as abordagens sejam capazes de reconhecer a pluralidade de experiências e culturas. Partindo desta premissa, Rafael Capurro propõe a ética intercultural da informação, que apresentamos a seguir.

5 Ética Intercultural da Informação

Ao analisar a obra de Capurro, González de Gómez (2017) defende que a ética intercultural da informação proposta pelo autor parte do universalismo filosófico e da globalização digital e territorial, o que envolve a mundialização do Capital, projetos de universalização como as Nações Unidas ou de classificação universal como a Classificação Decimal Universal. A ética intercultural da informação representaria a oportunidade moderna de incorporação da dimensão normativa com orientação para metas de justiça e liberdade.

Demônio recebe significados diferentes na filosofia. O primeiro deles é o de “ser divino” que recebe a função de mediar, o que, segundo Saldanha (2014, p. 112) é noção cuja centralidade é fundamental para a epistemologia da Ciência da Informação. A retórica, ou seja, o ato de falar e o diálogo são fundadores daquilo que somos e é base para a filosofia da informação proposta por Rafael Capurro que nos convida ao pensar de uma ética da informação que não desconsidera a linguagem. Nas palavras de Gustavo Saldanha, esta é “uma ética “sediada” no “berço” de uma construção cultural: a linguagem e sua ação no contexto daqueles que “retoricamente” existem-agem”, tornando-se uma ética

intercultural da informação que prescinde do diálogo para criar o novo nos diversos mundos possíveis em cada cultura (Saldanha, 2014, p. 113).

A ética intercultural da informação (EII), conceito proposto por Rafael Capurro, lida com questões descritivas e críticas em diferentes culturas e tempos e parte da reflexão

[...] sobre as possibilidades e realização da liberdade humana no contexto da rede digital mundial (Internet), bem como a troca, combinação e utilização desta informação no meio da comunicação transmitida digitalmente (Capurro, 2001, p. 41)

O movimento entre o igual e o diferente, o particular e o universal, o local e o global percebido como pressuposto ético interessa à EII e depois ficará explícito que também se relaciona com a ética feminista do cuidado. Conforme nos lembra Capurro (2010, n.p.), a reflexão ética “deve considerar o universal sem deixar de lado a singularidade dos modos de vida e das circunstâncias históricas e geográficas”, problematizando aspectos relacionados à justiça e à participação política e social.

As estruturas da cultura não são mundos fechados, mas fundamentam-se em experiências humanas de afeto comuns de serem compartilhadas dentro de uma existência finita em um mundo compartilhado. Fala-se em ética intercultural da informação quando se busca justapor as interpretações de mundo em vez de compará-las hierarquizando-as. Tal comparação produziria uma visão de mundo baseada na monocultura que se percebe como a única válida, o que é problemático na medida em que a razão humana é plural (Capurro, 2008).

A EII, portanto, deve abordar a relação entre normas morais universalizáveis ou universalizadas e tradições morais locais, transitando entre os pontos extremos da universalização e da concretude em uma situação singular. Isso significa dizer, por exemplo, que um debate sobre o “tema da privacidade não é o mesmo em uma cultura que em outra e tem um contexto histórico e

cultural específico” (Capurro, 2010, n.p.). Capurro (2008) apela ainda por uma EI que seja capaz de concentrar-se em análises situacionais cuidadosas.

No site do *International Center for Information Ethics* (ICIE), comunidade acadêmica dedicada a estudos sobre o avanço do campo, o conceito é definido como a área que investiga

[...] as questões éticas decorrentes do desenvolvimento e aplicação das tecnologias de informação. Fornece uma estrutura crítica para considerar questões morais relativas à privacidade informacional, agência moral (por exemplo, se os agentes artificiais podem ser morais), novas questões ambientais (especialmente como os agentes devem comportar-se na infosfera), problemas decorrentes do ciclo de vida (criação, recolha, gravação, distribuição, tratamento, etc.) de informação (especialmente propriedade e direitos de autor, eliminação digital) (ICIE, 2024, n.p., tradução nossa).

O filósofo Rafael Capurro, um dos fundadores do ICIE, destaca que a “compreensão atual da Ética envolve questões de responsabilidade individual e social no que diz respeito ao impacto das nossas escolhas à luz da influência da ciência e da tecnologia” (ICIE, 2024, n.p., tradução nossa), e que as TIC “atuam como catalisadoras para um *encontro sem precedentes com a alteridade*” (ICIE, 2024, n.p., tradução nossa, grifo nosso).

Ademais, na era da informação eletrônica, reflexões éticas assumem também o papel de despertar e preservar a sensibilidade ética daqueles que lidam com a informação como produtores, mediadores ou usuários. Por isso, faz-se necessária a abertura de espaços locais e globais para refletir eticamente acerca das TIC e das redes sociotécnicas. Porém, tais reflexões não devem se limitar apenas ao fundamento de determinadas normas morais, mas também incluir a problematização a partir

da interação com outras dimensões da vida social, buscando comportar a variedade e a riqueza da experiência humana (Capurro, 2017).

A abordagem ético-metodológica concebida por Capurro (2017) é a da reflexão crítica comparativa intercultural, que abre caminho para a ética intercultural da Informação (EI) e pressupõe a existência de diferenças tanto nas tradições morais (valores e modos de vida), como em sua codificação na forma de legislação e instrumentos normativos que funcionam como expressão de um ideal ou de uma ideologia².

Para realizar esta reflexão comparativa, é preciso ter paciência, atenção – uma característica-chave do cuidado, conforme visto anteriormente – e respeito pelo outro, o que não significa abandonar o senso crítico. Este tipo de abordagem não trata somente da descrição de diversidades culturais, mas também da complexidade das normas contidas nos interesses e poderes locais e/ou globais, além da busca por valores e princípios comuns e formas de organização da vida comunitária. Como propõe a EI, uma reflexão ética precisa pensar o universal sem abandonar a singularidade das formas de vida, da geografia e dos fatos da história. Como uma reflexão crítica, ela deve contemplar aspectos de justiça, participação política e social, bem como de proteção ambiental, por exemplo. Esta é uma tarefa que também interessa à ética feminista do cuidado e à sua extensão aplicada às políticas públicas e às relações entre Estado e sociedade, a ética pública do cuidado. Trataremos de ambas a seguir.

6 Ética Feminista do Cuidado

Um olhar atento às diferenças entre culturas também marca a abordagem da *ética do cuidado*, de raízes feministas. Na definição de Joan C. Tronto (1993, p. 103, tradução nossa), o cuidado é um tipo de atividade que inclui tudo o que fazemos “para manter, continuar e consertar o nosso ‘mundo’, a fim de que possamos viver nele da melhor forma possível”. Esse mundo inclui nossos corpos e nosso ambiente, entrelaçados na teia

complexa que sustenta a vida. As reflexões de Tronto sobre a natureza política do cuidado, com base neomarxista, ampliam o debate para além das fronteiras da ética e se mostram centrais a discussões políticas, jurídicas e sociais da atualidade.

Tronto (1993) propõe uma democracia do cuidado (*caring democracy*), que se opõe à individualização da responsabilidade característica do neoliberalismo e posiciona o cuidado como um *bem comum* que deve ocupar o centro da arena política.

A autora divide a atividade do cuidado em quatro fases, às quais vincula virtudes correspondentes: *caring about* (reconhecer a necessidade de cuidado, o que demanda a virtude da *atenção*); *taking care of* (atender à necessidade identificada, o que envolve *responsabilidade*); *care-giving* (prestar efetivamente o cuidado, o que requer *competência*); e *care-receiving* (receber o cuidado, envolvendo a *responsividade* da pessoa cuidada).

Para Selma Sevenhuijsen (1998), valores derivados da ética do cuidado, como atenção, responsividade e responsabilidade, contribuem para construir uma cidadania democrática, que, por sua vez, prevê a capacidade de as pessoas distinguirem entre o bem e o mal de forma responsável, e, assim, serem responsabilizadas por suas ações. Essa habilidade de julgamento se dá na interseção entre igualdade e diferença: considera a alteridade dos sujeitos, ao reconhecer sua individualidade e diversidade, mas, ao mesmo tempo, concebe-os como iguais. Nesse contexto, a prática da ética feminista do cuidado favorece a cidadania por assumir um compromisso duplo:

[...] por um lado, ela pressupõe que as pessoas reconheçam e tratem os outros como diferentes e levem em conta a visão individual do mundo e de seu lugar nele [...] enquanto, por outro lado, as necessidades e narrativas não são consideradas absolutas, mas interpretadas e julgadas em contextos específicos de ação (Sevenhuijsen, 1998, p. 15, tradução nossa).

Neste processo, faz-se também necessário considerar os grupos aos quais pertencem os indivíduos e os contextos específicos nos quais estão inseridos, o que deve ocorrer sem que a diferença seja percebida como algo negativo.

Ao integrar valores da ética do cuidado como atenção, responsividade e responsabilidade à noção de cidadania, haverá um efeito duplo de transformação, enriquecendo o conceito de cidadania, ampliando sua capacidade para lidar com a diversidade e pluralidade enquanto desromantiza o cuidado, o que faz com seus valores sejam percebidos como virtudes também do âmbito da política (Sevenhuijsen, 1998).

Dessa forma, a ética do cuidado traz consigo a ideia de uma *cidadania ativa*, também de inspiração feminista. Sob essa perspectiva, a esfera pública é um espaço de encontro em que as pessoas formam suas identidades por meio da troca de narrativas e opiniões, nas interações e no diálogo. Nessas experiências, os indivíduos constantemente revisitam as percepções sobre 'si' e sobre o 'outro'; abrem-se à mudança e constroem as bases para deliberações coletivas mais consistentes e transformadoras (Sevenhuijsen, 1998).

Baseada nesse respeito pelas relações interpessoais, a ética feminista do cuidado valoriza o diálogo genuíno e recíproco, uma vez que apresenta o *cuidado* de modo a ressaltar a receptividade, o relacionamento e a capacidade de resposta. Em 2013, na obra *Caring democracy*, Tronto aprofunda a ideia de uma democracia do cuidado, que rejeita a lógica neoliberal de individualização da responsabilidade e propõe o cuidado como um bem coletivo, essencial para o centro da vida política. Para tanto, acrescenta mais uma etapa às quatro fases do cuidado que havia identificado anteriormente:

- *caring with* (cuidar com): nesta fase final, "as necessidades de cuidado e a forma como são satisfeitas devem ser consistentes com os compromissos democráticos de justiça, igualdade e liberdade para todos (Tronto, 2013, pp. 23, tradução nossa).

Esse tipo de abordagem inspirou a construção da noção de ética pública do cuidado (Stensöta, 2011, 2015) cuja relação com a CI pode ser vista na garantia do direito de acesso à informação e no fortalecimento de serviços públicos informacionais como, por exemplo, bibliotecas públicas. Voltado para a administração pública, o conceito funciona como um conjunto de diretrizes para orientar agentes públicos quanto ao tratamento de casos relevantes relacionados a cidadãos e cidadãs (Borges, 2023).

Helena Stensöta (2011, 2015) ampara a ética pública do cuidado em quatro pilares: interdependência (seres humanos são simultaneamente dependentes e independentes); significado das relações (deve-se estabelecer, nutrir, sustentar e proteger relações de todo tipo); responsabilidade (assumir a responsabilidade por problemas comuns está na essência da política e é central para a ética do cuidado); e sensibilidade ao contexto (é preciso abordar os problemas morais e políticos considerando as circunstâncias particulares da situação).

Percebe-se, assim, o cuidado como algo que envolve tanto as atividades que garantem a subsistência humana fisicamente e que são necessárias para a saúde, sustentar e proteger alguém, quanto os sentimentos de preocupação e apego (Caswell & Cifor, 2016). Carol Gilligan (1993) aprofunda a discussão sobre responsabilidade e cuidado ao incorporar a dimensão da justiça ao debate de temas como a divisão do trabalho entre gêneros e o silenciamento de mulheres na sociedade. A autora explica que a permanente tensão entre responsabilidades e direitos sustenta a dialética do desenvolvimento humano, conectando dois modos de experiência aparentemente díspares:

Enquanto uma ética da justiça parte da premissa da igualdade – que todos devem ser tratados da mesma forma –, uma ética do cuidado se baseia na premissa da não violência – que ninguém deve ser ferido. [...] Esse diálogo entre justiça e cuidado não apenas proporciona uma melhor compreensão das relações entre os sexos, mas também dá origem a uma

representação mais abrangente do trabalho adulto e das relações familiares (Gilligan, 1993, p. 174).

Como se vê, as fases e as virtudes provenientes da ética do cuidado podem contribuir nas tarefas da ética intercultural da informação na medida que auxiliam as percepções sobre as diferenças – e as aproximações – entre indivíduos e culturas. Além disso, tal relação tem o potencial de fortalecer as redes do tecido social diante dos problemas da informação de nosso tempo. A seguir, trataremos da interlocução entre os dois conceitos.

7 EII e Ética Feminista do Cuidado: diálogo teórico entre conceitos

Como já discutido, as dinâmicas entre igualdade e diferença, particular e universal, local e global, são centrais à EII e à ética do cuidado. Nesta seção, defendemos que as etapas reflexivas e virtudes relacionadas à ética do cuidado podem enriquecer a EII ao facilitar a compreensão das diferenças – e semelhanças – entre indivíduos e culturas. Além disso, essa conexão entre as duas abordagens pode reforçar os laços sociais diante dos desafios informacionais contemporâneos.

Assim, argumentamos que tanto a ética intercultural da informação quanto a ética feminista do cuidado transcendem o debate filosófico, tornando-se ferramentas para reconhecer a alteridade e fortalecer as estruturas sociais e políticas, o que também aproxima os debates éticos do cotidiano, evitando que permaneça circunscrito às discussões acadêmicas. A convergência entre essas perspectivas oferece novas possibilidades para lidar com os problemas informacionais atuais. Assentadas sobre princípios como respeito e responsabilidade social, as duas correntes pressupõem o diálogo como base da existência humana, ao ressaltar valores de trocas para além das trocas econômicas e valorizar as relações humanas nos processos informacionais.

A ética feminista do cuidado busca recuperar elementos da experiência humana que são descartados ou desconsiderados por serem

femininos (Caswell & Cifor, 2016). Nos processos que envolvem a imaginação e construção de sociedades mais justas, é percebida como mais inclusiva do que as noções presentes na ideia de uma ética baseada em direitos. Ela destaca os modos pelos quais as pessoas estão conectadas entre si e com as comunidades, com base em redes de responsabilidade mútua. Tal abordagem ética evidencia particularidades, conexões e contextos no lugar de princípios morais abstratos, rejeitando os pressupostos morais do liberalismo que enaltecem a escolha individual e a ideia de livre arbítrio (Caswell & Cifor, 2016). Assim, vai ao encontro da ética intercultural da informação na medida em valoriza a relação entre indivíduos enquanto seres culturalmente inseridos em relacionamento e troca.

Segundo Zygmunt Bauman, na obra “Ética pós-moderna” (2021), o que posiciona o relacionamento “Eu-Tu” à parte do “Eu-Isso” (em que o Outro não aparece como sujeito moral) em nossa sociedade é justamente o começar do caráter *dialógico* do encontro, ou a antecipação de um diálogo:

Eu-Tu tem estrutura de “alocução e resposta”, estrutura de contínua conversação, em cujo decorrer os participantes mudam incessantemente os papéis, dirigindo-se cada um ao outro e respondendo um ao outro com cortesia. É a *simetria de atitudes e responsabilidades* que dá às relações seu caráter de Eu-Tu, estando presente nele desde o início, como postulado ou expectativa categórica; se eu te trato como tu antes que como coisa é precisamente porque eu estipulei (espero, trabalho para) ser também tratado por ti como teu Tu (Bauman, 2021, pp. 73-74).

Nesse sentido, apontamos que o diálogo está na base das construções teóricas das abordagens da EII e da ética feminista do cuidado, sendo um ponto de aproximação fundamental entre ambas.

No campo da CI, também é possível observar, a aproximação da ética feminista do cuidado aos estudos arquivísticos no trabalho de Michelle

Caswell e Marika Cifor (2016) intitulado *From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives*. O trabalho defende uma concepção feminista de ética, construída com base nas noções de relacionalidade, interdependência, incorporação e responsabilidade com o outro.

Caswell e Cifor (2016) argumentam a favor de uma ideia de *empatia radical* nos arquivos. Isso representa adotar uma postura radicalmente empática nas interações arquivísticas – e aqui acrescentamos quaisquer interações – mesmo quando nossos sentimentos envolvem o medo, o nojo ou a raiva. Alinhada com a ideia de justiça social, a abordagem das autoras defende a necessidade de atenção crítica ao poder. As autoras propõem uma noção de empatia como uma necessidade afetiva do cuidado. Ao trazer o olhar da empatia para a relação entre os sujeitos, elas reconhecem que os indivíduos estão conectados por ligações complexas, que envolvem disputas de poder e desigualdades, mas também admitem que existe a preocupação com o bem-estar de outrem (Caswell & Cifor, 2016).

Outro exemplo de aproximação da ética feminista do cuidado e os estudos em Ciência da Informação é o estudo de Cara Bradley (2021) *Academic Librarians, Open Access, and the Ethics of Care* que aborda as bibliotecas universitárias e o acesso aberto à publicações a partir das discussões da ética do cuidado, pois esta permite uma expansão das reflexões sobre acesso aberto.

Nesse sentido, a ética feminista também problematiza a retórica neoliberal, que percebe os indivíduos como agentes livres em uma economia de mercado que ignora as opressões sistêmicas do capitalismo, defende o subfinanciamento estatal crônico, usa os fracassos do Estado como desculpa para privatizar e mascara ou invisibiliza formas de trabalho consideradas indesejadas ou menores (Caswell & Cifor, 2016). Ao rejeitar tal retórica, a ética do cuidado aproxima-se da ética intercultural da informação na medida em que esta percebe o direito à informação como um direito humano fundamental, conforme apontado por Capurro anteriormente. Para a concretização deste direito, é preciso

fortalecer instituições como arquivos, bibliotecas e museus.

Sob esse ponto de vista, entendemos que as discussões da ética do cuidado e da ética pública do cuidado podem acrescentar aos debates éticos infocomunicacionais na medida que proporcionam visibilidade à importância da atenção, da responsabilidade, da competência e da responsividade. As duas abordagens destacam-se por examinar criticamente as diferenças – e os pontos de aproximação – entre as variadas culturas e manifestações sociais, assim como a EI.

Alinhados a essa discussão das temáticas sociais, Duff, Flinn, Suurtamm e Wallace (2013) apontam o crescimento do interesse pelo tema da justiça social nos arquivos, tanto no que se refere ao conceito quanto ao convite para responder às desigualdades da contemporaneidade. Os autores relacionam a justiça social às questões como globalização, democracia, pobreza, influências do mercado nas políticas, sustentabilidade, identidade das pessoas e coletivos e representatividade. Para eles, é preciso abordar a justiça social de modo sistemático e coerente, pois o que se entende pelo conceito precisa estar explícito a fim de evitar que esta seja uma noção vaga e sem forma. Ao pensarmos em justiça social em serviços de informação como arquivos e bibliotecas, devemos ter em mente a democratização destes e como a cidadania se relaciona com tais instituições. Por isso, é importante que profissionais da informação exerçam uma empatia radical, como propõem Caswell e Cifor (2016).

A incorporação dos valores de empatia radical, responsabilidade, responsividade e atenção oriundos da ética do cuidado à abordagem da EI não representa um relativismo que tudo aceita. Pelo contrário, tais valores vêm acompanhados também do compromisso responsável com o outro e com a coletividade.

8 Considerações Parciais

Como resultado de nossas discussões, percebemos a ética intercultural da informação e a ética do cuidado não apenas como partes integrantes da esfera do debate

filosófico ou moral, mas como modos de reconhecimento da alteridade e de fortalecimento do tecido social e político, possibilitando o acolhimento da diversidade e o encorajamento de comunidades e indivíduos pessoal e politicamente.

Nos dias atuais, a ética intercultural da informação mostra-se relevante ao produzir análises sobre os desafios da informação de nosso tempo, que envolvem as redes sociotécnicas e fenômenos informacionais diversos como, por exemplo, a mediação da informação por algoritmos, a produção de conhecimento e o combate à desinformação. Sua aproximação com as práticas e os valores da ética do cuidado representa mais uma oportunidade para enfrentar os desafios informacionais da contemporaneidade.

Para concluir, defendemos que a ética intercultural da informação e a ética do cuidado são caminhos que favorecem a percepção de que redes sociotécnicas devem estar a serviço da sociedade e dos seres que coabitam o planeta. Ao convergirem, as duas correntes ampliam laços de cuidado, destacam debates sobre responsabilidade e responsabilização e propõem reflexões críticas para os dilemas de nossa época.

Ainda quanto aos debates contemporâneos na CI, consideramos que a EI e a ética do cuidado são ferramentas teóricas para abordar questões de gênero e raça, pós-coloniais e de multiculturalidade no campo infocomunicacional.

E, ao levarmos em consideração que as análises éticas devem considerar a complexidade das relações entre o pensamento ocidental, indígena e afrodiaspóricas, pensamos que a aproximação entre a ética do cuidado e a ética intercultural da informação enriquecem o repertório teórico dos debates éticos no campo da informação. Como desenvolvimentos futuros, pretendemos ainda abordar outras perspectivas éticas, como aquelas propostas por Martin Buber em sua ética dialógica, e a do bem-viver, de origem latinoamericana, além de aprofundar as articulações entre as abordagens aqui apresentadas.

9 Referências

- Budd, J. (2006). Toward a practical and normative ethics for librarianship. *The Library Quarterly*, 76(3), 251–269. <https://doi.org/10.1086/511142>
- Capurro, R. (2001). Ética para provedores e usuários da informação. In: Kalb, Anton; Esterbauer, Reinhold; Ruckebauer, Hans-Walber. *Ciberética – Responsabilidade em mundo interligado pela rede digital*. São Paulo: Loyola.
- Capurro, R. (2009). Digital ethics. In *Proceedings of the Global Forum on Civilization and Peace* (pp. 207–216). Academy of Korean Studies.
- Capurro, R. (2010). Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. <https://www.capurro.de/paraiba.html>
- Freire, G. H. de A. (Org.). (2010). *Ética da informação: Conceitos, abordagens, aplicações*. Ideia.
- Sevenhuijsen, S. (1998). Citizenship and the ethics of care: Feminist considerations on justice, morality and politics. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203169384>
- Almeida Júnior, O. F. de. (2015). Mediação da informação: Um conceito atualizado. In S. Bortolin, J. A. dos Santos Neto, & R. J. da Silva (Orgs.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9–32). Abecin.
- Bauman, Z. (2021). *Ética pós-moderna*. Paulus.
- Bezerra, A. C., & Costa, C. M. da. (2022). Pele negra, algoritmos brancos: Informação e racismo nas redes sociotécnicas. *Liinc em Revista*, 18, 1–14.
- Bradley, C., (2021) “Academic Librarians, Open Access, and the Ethics of Care”, *Journal of Librarianship and Scholarly Communication* 9(1), eP2418. doi: <https://doi.org/10.31274/jlsc.12914>
- Borges, A. L. A. (2023). Mediação consciente da informação e ética pública do cuidado: Uma abordagem crítica do movimento da linguagem simples no setor governamental. In *Anais do X Encontro da ULEPICC Brasil – Sergipe*. Doity. <https://doity.com.br/anais/x-encontro-da-ulepicc-brasil-sergipe/trabalho/396325>
- Borges, A. L. A., Brisola, A., & Bezerra, A. C. (2019). "Crowdlaw" na era dos dados: Ética e informação na cocriação digital de leis pelo LabHacker da Câmara dos Deputados. In *Anais do XX ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. ANCIB.
- Capurro, R. (2001). Ética para provedores e usuários da informação. In A. Kalb, R. Esterbauer, & H.-W. Ruckebauer (Orgs.), *Ciberética – Responsabilidade em um mundo interligado pela rede digital*. Loyola.
- Capurro, R. (2010). Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In *Simpósio Brasileiro de Ética da Informação*. Ideia. https://lti.pro.br/uploads/posts_files/148/5174bcd63b1722a7b0a923f3f8fe63f.pdf
- Capurro, R. (2013). Information ethics. In B. Kaldis (Ed.), *Encyclopedia of philosophy and the social sciences* (Vol. 1, pp. 471–473). Sage Publications.
- Capurro, R. (2016). Cidadania na era digital (M. Schneider & A. Bezerra, Trans.). In A. Cabral & E. Cabral (Orgs.), *Comunicação, cultura, informação e democracia: Tensões e contradições* (Vol. 1). MEDIA XXI - Publishing, Research & Consulting.
- Capurro, R. (2017). A liberdade na era digital. In: M. N. González de Gómez & R. Barros Cianconi. (orgs.). *Ética da Informação: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Capurro, R. (2022). Rafael Capurro. In Schneider, Marco. *In(com)formação*. Ibict, 43-67.
- Caswell, M.; Cifor, M. (2016). From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy

- in the Archives. *Archivaria*, [S.l.], v. 81, pp. 23-43.
- Costa, C. (2024). Navegar é preciso, viver não é preciso: Ética intercultural da informação para transitar em tempos de cultura algorítmica. *Logeion: Filosofia da Informação*, 11, 1–15.
- Costa, C., Lima, A., & Bezerra, A. C. (2024). Ética da informação e os desvios do contrato social. *Páginas A & B. Arquivos & Bibliotecas*, 1, 3–15.
- Duff, Wendy M.; Flinn, Andrew; Suurtaam, Karen; Wallace, David. (2013). Social justice impact of archives: a preliminary investigation. *Archival Science*, v. 13, n. 4, pp. 317–348.
- Freire, G. H. de A. (Org.). (2010). *Ética da informação: Conceitos, abordagens, aplicações*. Ideia.
- Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. *Logeion: Filosofia da Informação*, 5, 10–21.
- Gomes, H. F. (2021). Dimensão ética da mediação da informação: Eixo articulador das demais dimensões e o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. *The International Review of Information Ethics*, 30(1).
- González de Gómez, M. N. (2022). Maria Nélida González de Gómez. In Schneider, Marco. *In(com)formação*. Ibict, 11-28.
- González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.1, p.27- 40, 2002.
- González de Gómez, M. N. (2017). Reflexões sobre Ética da Informação: panorama contemporâneo. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*.
- ICIE. (2024). *An introduction to the field of information ethics*. <https://icie.ibict.br/information-ethics/>
- Japiassú, H.; Marcondes, D. (2001) *Dicionário básico de filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Zahar.
- Jesus, E. M. F. de . (2017). Internacionalização da ciência: panorama das discussões em torno da ética e integridade da pesquisa. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e desafios*. Garamond.
- Meirelles, M. B. (2017). Interseções entre a ética da pesquisa e a prática documentária. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*. Garamond.
- Loureiro, M. L. N. M. (2017). Museus de ciência: aspectos éticos e legais na formação de coleções biológicas. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*. Garamond.
- Pimenta, R. M. (2017). Arquivos da ditadura militar brasileira: ética, informação e verdade contra a opacidade de um regime informacional autoritário. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*. Garamond.
- Saldanha, G. S. (2014). O demônio na brecha da linguagem: Capurro, ética e filosofia da informação na Alemanha dividida. In *Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB* (GT1, pp. 106–124). ANCIB.
- Schneider, M. (2016). Gramsci, Golem, Google: A Marxist dialog with Rafael Capurro's intercultural information ethics. In M. Kelly & J. Bielby (Orgs.), *Information cultures in the digital age: A festschrift in*

- honor of Rafael Capurro* (pp. 373–383). Springer.
- Schneider, M., Saldanha, G., & Bezerra, A. C. (2017). Por uma ética intercultural da ciência. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*. Garamond.
- Sevenhuijsen, S. (1998). *Citizenship and the ethics of care: Feminist considerations on justice, morality and politics*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/978020316938>
- Silva Júnior, J. F. da, & Schneider, M. (2020). Contribuições da Ética da Informação para os estudos Étnico-Raciais. *Páginas A&B Arquivos & Bibliotecas*, 3(13), 23–32. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a3>
- Silva, S. D. (2017). Coleções de História Natural como repositórios da biodiversidade: novas perspectivas acerca da pesquisa e produção do conhecimento científico em museus de história natural. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*.
- Stensöta, H. O. (2011). A public ethics of care for administration and implementation. *Western Political Science Association 2011 Annual Meeting Paper*. <https://ssrn.com/abstract=1766979>
- Stensöta, H. O. (2015). Public ethics of care: A general public ethics. *Ethics and Social Welfare*, 9(2), 183–200.
- Tronto, J. C. (1993). *Moral boundaries: A political argument for an ethic of care*. Routledge.
- Tronto, J. C. (2013). *Caring democracy: Markets, equality, and justice*. NYU Press.
- Zattar, M. (2020). Competência em informação e desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. *Liinc em Revista*, 16(2), e5391. [https://ppgci.uff.br/wp-](https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2020/04/Livro_Etica_da_informacao.pdf)
- content/uploads/sites/86/2020/04/Livro_Etica_da_informacao.pdf
- Tronto, J. C. (1993). *Moral boundaries: A political argument for an ethic of care*. Routledge.
- Notas de Fim
- 1 O regime de informação é “a combinação de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência, etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação (González de Gómez, 2002, pp. 40).